



A histeria coletiva

Alexandre Santos

Comentário sobre o nível de estresse provocado pela aproximação do prazo para entrega da declaração de Imposto de Renda.

os maléficos efeitos dessa injusta política tributária não se fazem sentir apenas na inadimplência do governo, pois, ao onerar a já combalida classe média, o governo amplia a crise econômica

Passada a Semana Santa, os meios de comunicação de massa concentram suas armas no direcionamento da atenção pública para a declaração de renda e apuração do Imposto de Renda. A campanha segue num crescendo alucinante, impondo uma sensação de angústia que leva a todos, de roldão, a abandonar outras preocupações correntes para entregar-se de corpo e alma ao Imposto de Renda. Instala-se no país uma espécie de histeria coletiva em torno da *declaração* do imposto de renda. No ambiente histórico que o sistema de comunicação de massa cria, todos sentem a necessidade de desenvolver habilidades matemáticas, contábeis, agrimensoras, econômicas e tudo o mais requerido para que, até o dia 30 de abril, a declaração esteja pronta, conferida e entregue.

Ufa! Que cansa! Que agonia! Que sufoco!

Esse processo publicitário faz parte de um jogo de cartas marcadas que pretende, de um lado, garantir a arrecadação esperada pelo governo e, de outro, criar uma histeria alucinante na classe média para, concentrando sua atenção na declaração do Imposto de Renda, desviá-la de qualquer preocupação com a injustiça tributária de que é vítima ou, mesmo, com a injustiça na aplicação dos impostos arrecadados. Com esse propósito escuso, o governo lança mão de uma campanha publicitária cientificamente projetada, a começar pelo seu símbolo, um leão, que procura dar um ar de superioridade e onipotência à Receita Federal para desestimular qualquer resistência ou oposição.

Enquanto se dedica, com afincamento e receio, a elaboração da sua "declaração" e, assim, escapar das garras do leão, o alienado contribuinte brasileiro perde a condição para avaliar serenamente o processo de espoliação a que está sendo submetido. Talvez, essa seja a principal razão da sociedade brasileira não perceber (e protestar violentamente) que o caráter progressivo do Imposto de Renda foi praticamente removido pelo governo Cardoso, concentrando a maior carga tributária na sofrida classe média. De fato, ao ampliar a faixa de renda com incidência da alíquota de 25% e extinguir a alíquota de 35% para as faixas mais abastadas, o governo Cardoso eximiu os ricos dos encargos adicionais que a justiça tributária lhes imporia e, para manter a receita, sobrecarregou ainda mais a classe média. No embalo da histeria e da desinformação, a atormentada sociedade brasileira também deixa de avaliar que na outra ponta da questão tributária está um governo inadimplente, que não cumpre

suas obrigações mínimas, que não faz corresponder com serviços públicos decentes os impostos escorchantes que recolhe.

Na realidade, os maléficos efeitos dessa injusta política tributária não se fazem sentir apenas na inadimplência do governo, pois, ao onerar a já combalida classe média, o governo amplia a crise econômica. De fato, como seu poder aquisitivo já está praticamente comprometido com as despesas do dia a dia, para fazer face ao ônus adicional que o governo lhe impõe, a classe média é forçada a reduzir seu consumo, reduzindo, conseqüentemente, a atividade comercial e, na mesma esteira, a atividade industrial. E, assim, para livrar os ricos de uma alíquota maior, o governo Cardoso prefere sacrificar ainda mais a classe média e, com isso, recrudescer o quadro recessivo que vivemos. O pior é que, não satisfeito com essa *mãozinha* que deu a recessão, o governo Cardoso aproveitou o Pacote de Natal, decretado em novembro de 1997, para elevar a alíquota que esmaga a classe média para 27,5%.

De tão fustigado e atormentado pela campanha alienante do governo, o contribuinte brasileiro não tem a tranqüilidade necessária para constatar o alcance da sua simbologia que, ao adotar o leão - um animal estrangeiro - confirma a existência dos cordéis internacionais que manipulam seu comportamento, explicando o destino dado aos recursos que aqui são recolhidos e a sua vergonhosa inadimplência.

Editorial de "O Libertador", nº 82, da 1ª quinzena de maio de 1998.